MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-Lei n.º 261/93
de 24 de Julho

A protecção da saúde dos cidadãos, constitucionalmente consagrada como um direito social, impõe ao Estado a adoção das medidas indispensáveis à sua efectiva realização, nas diversas vertentes que com ele se prendem.

Neste domínio, assume, sem dúvida, relevância o conhecimento de que aquele bem jurídico essencial deve ser protegido contra possíveis lesões praticadas por causa do exercício inqualificado de certas funções.

De tal conhecimento decorre, directamente, a necessidade de condicionar o exercício de actividades liga-das à prestação de cuidados de saúde, por forma a conseguir-se aquela protecção.

E esta necessidade é tanto mais sentida quanto é certo que a evolução científica e tecnológica, com reflexos na área das ciências médicas, funciona como factor determinante de maiores exigências ao nível da formação e da diferenciação de profissionais de saúde.

No âmbito dos serviços públicos de saúde, aquele objectivo encontra-se, de algum modo, refletido na disciplina que, para os técnicos de diagnóstico e terapêutica, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro, bem como em diversa legislação que lhe é complementar.

Outro é, porém, o panorama fora dos serviços públicos. Aí, na verdade, por ausência de enquadramento legal específico, nos domínios da formação e do exercício profissional, não se encontra devidamente assegurada a protecção da saúde.

Impõe-se, por isso, a intervenção do Estado, em obediência aos imperativos constitucionais relativos à saúde, promovendo as medidas que garantam a maior qualidade dos cuidados a prestar, pela adequada formação técnica dos agentes de saúde e pela sua dignificação do ponto de vista deontológico.

O Governo, reconhecendo a urgência de tomar medidas disciplinares neste sector, decidiu solicitar autorização para legislar na matéria, tendo sido publicada a Lei n.º 31/92, de 30 de Dezembro.

O presente diploma condiciona desde já, genericamente, o exercício de actividades profissionais de saúde, condicionando igualmente a criação de cursos de formação profissional de saúde e perspetivando os elementos que deverão consubstanciar a regulamentação das profissões, a aprovar por decreto regulamentar.

Finalmente, importa referir que não se optou, nesta matéria, pela sujeição automática ao regime jurídico das carteiras profissionais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 358/84, de 13 de Novembro, porquanto se admitiu que, em sede da regulamentação profissional específica, venha a considerar-se não ser aquele regime o mais adequado, tendo em vista, designadamente, que ele poderá comportar normas de carácter deontológico com um elevado nível de exigibilidade.

Foram ouvidas as organizações de classe representa-tivas das actividades que este diploma visa regular.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 1.º da Lei n.º 31/92, de 30 de Dezembro, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente diploma regula o exercício das activi-dades profissionais de saúde, adiante designadas por actividades paramédicas, que compreendem a utiliza-cão de técnicas de base científica com fins de promoção da saúde e de prevenção, diagnóstico e tratamento da doença, ou de reabilitação.

2 — Não são abrangidas pelo presente diploma as activi-dades exercidas, no âmbito de competências próprias, por profissionais com inscrição obrigatória em associação de natureza pública e ainda por odontoló-gistas, enfermeiros e parteiras.

3 — As actividades paramédicas a que se refere o n.º 1 são as constantes da lista anexa ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Condições de exercício profissional

1. — Sem prejuízo de regulamentação específica de profissões abrangidas pelo artigo anterior, o exercício de actividades paramédicas depende da verificação das seguintes condições:

a) Titularidade de curso ministrado em estabele-cimento de ensino oficial ou do ensino parti-cular ou cooperativo desde que reconhecido nos termos legais;

b) Titularidade de diploma ou certificado reconhe-cido como equivalente aos referidos na alínea anterior por despacho conjunto dos Ministros da Educação e da Saúde;

c) Titularidade de carteira profissional, ou título equivalente, emitido ou validado por entidade pública.

2. — O grau de autonomia específico do exercício de cada uma das actividades paramédicas, bem como as normas específicas das profissões, incluindo as regras deontológicas, constam de decreto regulamentar.

Artigo 3.º

Contratos

1. — O contrato pelo qual alguém se obriga a exer-cer actividades paramédicas mediante retribuição, sem observância do disposto no artigo anterior, é nulo.

2. — O regime previsto no presente diploma não pode ser afastado por instrumento de regulamentação colec-tiva de trabalho.

Artigo 4.º

Formação e registo profissional

1. — A criação de cursos, por entidades públicas ou privadas, que habilem ao exercício de qualquer das actividades paramédicas objecto do presente diploma depende de despacho conjunto dos Ministros da Educação e da Saúde.

2. — O Ministério da Saúde procede ao registo dos profissionais abrangidos pelo presente diploma.
Os trabalhadores subordinados e autônomos que, à data da entrada em vigor do presente diploma, estejam no exercício de actividades paramédicas podem permanecer na mesma situação, com salvaguarda das situações jurídicas constituídas, até à publicação da regulamentação da respectiva profissão.


Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.


O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

ANEXO

1 — Análises clínicas e de saúde pública. — Desenvolvimento de actividades associadas à patologia clínica, imunologia, hematologia clínica, genética e saúde pública, através do estudo, aplicação e avaliação das técnicas e métodos analíticos próprios, com fins de diagnóstico e de rastreamento.

2 — Anatomia patológica, citológica e tariológica. — Tratamento de tecidos biológicos colhidos no organismo vivo ou morto, com observação macroscópica e microscópica, óptica e eletrónica, com vista ao diagnóstico anatomopatológico; realização de montagem de peças anatômicas para fins de estudo, preparação e execução da diversa fases da técnica citológica.

3 — Audiometria. — Desenvolvimento de actividades no âmbito da prevenção e conservação da audição, do diagnóstico e reabilitação auditiva, bem como no domínio da funcionalidade vestibular.

4 — Cardiopneumonografia. — Centra-se no desenvolvimento de actividades técnicas para o estudo funcional e de capacidade anatomo-pneumonográfica do coração, vasos e pulmões, e de actividades no nível da programação, aplicação de meios do diagnóstico e sua avaliação, bem como no desenvolvimento de actividades terapêuticas específicas, no âmbito da cardiologia, pneumologia e cirurgia cardiorreatórica.

5 — Dietética. — Aplicação de conhecimentos de nutrição e dietética na saúde em geral e na educação de grupos e individuos, quer em situação de bem-estar quer na doença, designadamente no domínio da prevenção e tratamento e da gestão de recursos alimentares.

6 — Farmácia. — Desenvolvimento de actividades no circuito do medicamento, tais como análises e ensaios farmacológicos, interpretação da prescrição terapêutica e de fórmulas farmacêuticas, sua preparação, identificação e distribuição, controlo da conservação, distribuição e stock de medicamentos e outros produtos, informação e aconselhamento sobre o uso do medicamento.

7 — Fisioterapia. — Centra-se na análise e avaliação do movimento e da postura, baseadas na estrutura e função do corpo, utilizando modalidades educativas e terapêuticas específicas, com base, essencialmente, no movimento, nas terapias manipulativas e em meios físicos e naturais, com a finalidade de prevenção da saúde e prevenção da doença, da deficiência, de incapacidade e da inadaptação e de tratar, habilitar ou reabilitar indivíduos com disfunções de natureza física, mental, de desenvolvimento ou outras, incluindo a dor, com o objectivo de as ajudar a atingir a máxima funcionalidade e qualidade de vida.

8 — Higiene oral. — Realização de actividades de prevenção da saúde oral dos indivíduos e das comunidades, visando métodos epidemiológicos e acções de educação para a saúde, prestação de cuidados individuais que visam prevenir e tratar as doenças orais.

9 — Medicina nuclear. — Desenvolvimento de actividades nas áreas de laboratório clínico, de medicina nuclear e de técnica fotográfica com manuseamento de aparelhagem e produtos radioativos, bem como execução de exames morfológicos associados ao emprego de agentes radioactivos e estudos dinâmicos e fisiológicos com os mesmos agentes e com testagem de produtos radioactivos, utilizando técnicas e normas de proteção e segurança radiológica no manuseamento de radiações ionizantes.

10 — Neurofisiografia. — Realização de registos da actividade bioeléctrica do sistema nervoso central e periférico, como meio de diagnóstico na área da neurofisiologia, com particular incidência nas patologias do foro neurologico e neurológico, recorrendo a técnicas convencionais e ou computadorizadas.

11 — Ortopédia. — Desenvolvimento de actividades no campo do diagnóstico e tratamento dos distúrbios da motilidade ocular, visão binocular e anormalidades associadas; realização de exames para correcção refractiva e adaptação lentas de contato; realização da função visual e avaliação da condução nervosa do esfíntero visual e das deficiências do campo visual; programação e utilização de terapêuticas específicas de recuperação e reeducação das perturbações da visão binocular e da subvisão; acções de sensibilização, programas de rastreio e prevenção no âmbito da promoção e educação para a saúde.

12 — Ortopróteses. — Avaliação de indivíduos com problemas motores e posturais, com a finalidade de conceber, desenhar e aplicar os dispositivos necessários e mais adequados à correcção do aparelho locomotor, ou à sua substituição no caso de amputações, e desenvolvimento de actividades visando assegurar a colocação dos dispositivos fabricados e regular o ajustamento, quando necessário.

13 — Prótese dentária. — Realização de actividades no domínio do desenho, preparação, fabrico, modificação e reparação de próteses dentárias, mediante a utilização de produtos, técnicas e procedimentos adequados.

14 — Radiologia. — Realização de todos os exames da área de radiologia de diagnóstico médico; programação, execução e avaliação de todas as técnicas radiológicas que intervêm na prevenção e promoção da saúde; utilização e adequação de técnicas e normas de proteção e segurança radiológica no manuseamento com radiaciones ionizantes.

15 — Radioterapia. — Desenvolvimento de actividades terapêuticas através da utilização de radiação ionizante para tratamentos, incluindo o pré-diagnóstico e o follow-up do doente; preparação, verificação, assentamento e manobras de aparelhos de radioterapia; actuação nas áreas de utilização de técnicas e normas de protecção e segurança radiológica no manuseamento com radiaciones ionizantes.

16 — Terapia da fala. — Desenvolvimento de actividades no âmbito da prevenção, avaliação e tratamento das perturbações da comunicação humana, englobando não só todas as funções associadas à compreensão e expressão da linguagem oral e escrita, mas também outras funções de comunicação não verbal, bem como para o tratamento e reabilitação de indivíduos com déficits da fala, de audição e de abordagem da praxia.

17 — Terapia ocupacional. — Avaliação, tratamento e habilitação de indivíduos com deficiências sensoriais, de desenvolvimento, social e outras, utilizando técnicas terapêuticas integradas em actividades ocupacionais, como o trabalho e a formação, associadas à prevenção e reabilitação de indivíduos com déficits da fala, de audição e de abordagem da praxia.

18 — Higiene e saúde ambiental (sanitarismo). — Desenvolvimento de actividades de identificação, caracterização e redução de factores de risco para a saúde originados no ambiente, participação no planeamento e execução de actividades de higiene e saúde ambiental e em acções de educação para a saúde em grupos específicos da comunidade, bem como de desenvolvimento de actividades de higiene e saúde ambiental e de regulação da sanidade e das estruturas e actividades com interacção no ambiente, no âmbito da legislação sobre higiene e saúde ambiental.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Decreto-Lei n.º 282/93

de 24 de Julho

O Decreto-Lei n.º 287/91, de 9 de Agosto, que aprovou o novo regime jurídico das regiões de turismo, dispôs, no n.º 1 do seu artigo 38.º, que estas deveriam adequar os seus estatutos e funcionamento à disciplina jurídica dele constante.

Tal adequação dito a necessidade de introduzir alterações substanciais e numerosas, razão que justificou a elaboração integral de novos estatutos.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º São aprovados os Estatutos da Região de Turismo do Oeste, em anexo ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.